



ATA Nº 9

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA

SESSÃO ORDINÁRIA

----- Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia da Freguesia de São João Baptista, na sala de sessões da Freguesia, sob a Presidência de Carlos Belo Duarte Alfaia, Presidente da Assembleia, que declarou aberta a sessão eram vinte e uma horas e oito minutos, com a seguinte ordem do dia: --

----- **Ponto Um** – Aprovar a ata da sessão anterior -----

----- **Ponto Dois** – Aprovar as Opções do Plano, a Proposta de Orçamento e o Mapa de Pessoal dos Serviços da Freguesia para o ano 2023 -----

----- **Ponto Três** – Proposta: LCPA – Autorização Genérica Prévia -----

----- **Ponto Quatro** – Proposta de Autorização de celebração de protocolo de cooperação com a ANAFRE, para apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas -----

----- **Ponto Cinco** – Aprovar a Terceira Revisão Orçamental -----

----- **Ponto Seis** – Apreciar a Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia -----

----- À hora de abertura dos trabalhos estavam presentes os seguintes membros que compõem a Assembleia de Freguesia: -----

----- Em representação do Partido Socialista (PS): -----

- Carlos Alfaia – Presidente -----
- Nuno Marques – Primeiro Secretário -----
- Cristina Costa - Segunda Secretária -----
- Rosária Castelo -----

----- Em representação do Partido Social Democrata (PSD): -----

- Teresa Martins -----
- João Dâmaso -----
- Paula Leitão -----
- Fernando Barbosa -----
- Elisabete Miranda -----

----- Em representação do Bloco de Esquerda (BE) -----

- António Carmo -----

----- Em representação da Coligação Democrática Unitária (CDU) -----

- Guilhermino Rodrigues -----

----- Tendo sido enviadas convocatórias individuais a todos os membros que compõem esta Assembleia de Freguesia, foram também afixados editais, em tempo, nos lugares públicos da Freguesia, com o anúncio do dia, hora, local da sessão e a respetiva ordem do dia. -----

----- Em representação do órgão executivo estavam presentes todos os seus elementos, o Presidente, Rui Maurício, o Secretário, José Lopes, a Tesoureira Maria da Conceição Faustino, a Vogal Paula Pinto e o Vogal Manuel Borrego. -----

----- **Período antes da ordem do dia** -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia inicia a sessão dando as boas vindas a todos.

----- Informa que foram recebidas duas justificações de falta pedindo as suas substituições por parte dos eleitos José Rodrigues (PS), e José Rebelo (CPS-PP). Informou ainda que pelo CDS-PP será Diana Jorge a eleita que irá substituir o elemento em falta devido ao pedido de renúncia de mandato da pessoa imediatamente a seguir na lista Andreia Domingues. Pelo PS, será Stéphanie Praia a eleita que irá substituir o elemento em falta devido à apresentação de falta da pessoa imediatamente a seguir na lista, Micaela Conde, por ausência na autarquia na presente data. -----

----- Após leitura das atas de tomada de posse, ata número sete (CDS-PP) e ata número oito (PS) de dois mil e vinte e dois, e as mesmas terem sido assinadas por todos os intervenientes, as eleitas tomaram lugar na Assembleia de Freguesia, após prestarem juramento. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia dá as boas vindas às duas novas deputadas, e passa de seguida, às três recomendações enviadas pela bancada do Partido Social Democrático, que já se encontram na posse dos elementos da Assembleia de Freguesia. Dá a palavra à bancada do PSD para que faça a apresentação e leitura da primeira recomendação. -----

• **PSD – João Dâmaso**, faz a referida leitura que a seguir se transcreve: -----

“... 1. No âmbito do trabalho que vem sendo desenvolvido, junto dos fregueses, foi realçado a necessidade de se ter em atenção, quanto à manutenção da qualidade de vida dos fregueses, mantendo, no mínimo, a rede de transporte público ferroviário existente. -----

2. Para o efeito, observa-se que está a ser discutido, para decisão a construção da linha de alta velocidade, a qual, segundo o que foi anunciado, não passará pela cidade do Entroncamento. --

3. Pelo que tivemos conhecimento, nesta nova linha férrea, para além de ser utilizada por comboios de alta velocidade, também o serviço intercidades passará a ser utilizado na mesma via. -----

4. Face às notícias existentes, atendendo ao interesse dos fregueses, urge desde já apurar, se se confirma que o serviço intercidades, passará a ser efetuado em exclusivo (ou em predominância) pela linha de alta velocidade a construir, e se em tal circunstância, a cidade do Entroncamento, verá eliminado (ou reduzido) este mesmo serviço tal como o conhecemos hoje.



5. Face ao exposto, nos termos da alínea e) do número 1 do artigo 8.º do Regimento da Assembleia de Freguesia, propõe-se a votação de uma recomendação à presente junta de freguesia, no período antes da ordem do dia, que se indica de seguida: -----

Desenvolvimento de todas as diligências, junto de todas as entidades envolvidas ou com interesse na matéria em referência, como seja a câmara municipal do Entroncamento, o Ministério das Infraestruturas e da Habitação e a Infraestruturas de Portugal, IP, se se confirma que com a construção e entrada em funcionamento da linha de alta velocidade, a cidade do Entroncamento não verá reduzido o serviço ferroviário de passageiros que atualmente dispõe. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia questiona as bancadas se têm algo a dizer acerca do assunto. -----

- **PS – Rosária Castelo**, lê missiva acerca do assunto da recomendação apresentada que passo a transcrever: -----

“Este é um assunto prezado a todos os entroncamentenses e acredito que nomeadamente aos órgãos da administração local em particular. -----

Contudo parece-me que importa ver as coisas por partes: -----

1. *Todos sabemos, eu pessoalmente considerando ter trabalhado uns anos em Lisboa e fazendo a minha deslocação diária de comboio, que por norma os cidadãos que se deslocam diariamente para trabalhar em Lisboa compram o passe social e, portanto, utilizam essencialmente os comboios regionais e interurbanos, consequentemente e no geral a alta velocidade não lhes traz mais valias;* -----

2. *Creio que a alta velocidade importa sim e muito, em termos de estratégia e enquadramento territorial do Entroncamento face aos territórios vizinhos em particular e panorama nacional em geral.* -----

Nesta ótica, conseguirmos uma paragem face à alta velocidade no Entroncamento, passa fundamentalmente por uma profunda e adequada demonstração de adequabilidade aos interesses estratégicos. -----

Acredito por exemplo que o projeto Magellan 500 nos poderá favorecer e servir de âncora à fundamentação para a ferrovia. No entanto é necessário que este projeto venha a ter viabilidade!? A ser uma realidade, as estações do Entroncamento e Santarém seriam certamente os entrepostos ferroviários para a distribuição de milhares de passageiros face a Lisboa e restante território nacional. -----

De qualquer forma, a reestruturação da rede ferroviária, é ela própria ainda alvo de estudo. -----

Por outro lado, não tenho dúvidas de que a rede ferroviária face ao Entroncamento, nomeadamente a estação do Entroncamento e seus acessos, tráfego com paragem/ fazer

serviço na cidade seja de passageiros ou mercadorias (considerando o Terminal Multimodal), é um assunto de particular interesse e preocupação para qualquer executivo em funções no Município do Entroncamento. -----

Reforça que não duvida que qualquer executivo tem interesse em defender este assunto.

- **PSD – Teresa Martins**, refere que a intenção é essa mesma que a deputada falou, reforçar esse interesse e daí a recomendação à Assembleia e à Junta de Freguesia para acompanhar os trabalhos. -----
- **PS – Rosária Castelo**, diz que é preciso de facto conseguir-se defender uma estratégia para se conseguir fundamentar, considerando que não é o facto de se dizer à Câmara Municipal que se importe com o tema que vai alterar alguma coisa. Deve arranjar-se, na sua opinião, modo de fundamentar esta estratégia. -----
- **PSD – Teresa Martins**, refuta que a estratégia não compete à Assembleia de Freguesia, mas sim ao executivo da Câmara Municipal do Entroncamento. À Freguesia compete zelar pelo interesse dos nossos fregueses e da nossa cidade. À Câmara Municipal compete proceder de modo a que estes efetuem. Aquilo que pretendem é pedir a esta Assembleia de Freguesia e ao executivo da Junta de Freguesia que ajude ou que reforce a Câmara Municipal nessa estratégia. -----
- **PSD – João Dâmaso**, refere que tendo presente o que foi dito pela bancada do partido socialista, solicita esclarecimento à mesma, qual é a estratégia que está definida para este fim. -----
- **PS – Rosária Castelo**, diz que na sua opinião, a Câmara Municipal tem todo o interesse em defender os interesses da cidade, nomeadamente no que toca à ferrovia. Considera que obviamente este não é um tema fácil sabendo nós que o Entroncamento não é uma cidade muito industrial, pensa que o executivo atual do Município fará tudo o que puder para manter no Entroncamento o máximo de transporte relativo à ferrovia. De qualquer forma, como já referiu, anteriormente, tudo isso ainda é um estudo neste momento. A rede ferroviária ainda não está totalmente definida e depende de outros projetos, nomeadamente aqui na zona do Ribatejo, por isso é aguardar pelo desenvolvimento da situação. -----
- **PSD – Teresa Martins**, refere que vai colocar três questões à bancada do partido socialista: -----
 - Primeira questão - O Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento já afirmou publicamente que se está a borrfar se o intercidades vai ou não parar no Entroncamento. -----
 - Segunda questão – Qual é a essência do Entroncamento, porque é que o Entroncamento nasceu. -----



- Terceira questão – Se os comboios deixam de aqui parar, nomeadamente os mais importantes, temos de pensar nos nossos fregueses que precisam de os utilizar e também para o turismo que pode vir para Tomar, Barquinha fazendo o circuito nesta zona e inclusive para o Museu Nacional Ferroviário, desta cidade. -----

- **PS – Rosária Castelo**, refere que a essência do Entroncamento tal como está inscrito nas viaturas do Município é uma cidade ferroviária. No entanto considera que neste momento a cidade, que cresceu à conta da CP – Comboios de Portugal, é uma cidade muito mais do que isso. Infelizmente a CP enquanto empresa também já não é o que era, está esfrangalhada numa série de entidades e neste momento a cidade do Entroncamento não vive essencialmente da CP. Não quer dizer com isto que não se defenda a importância da ferrovia para a cidade. Mas não é por aí que devemos dizer que é a essência do Entroncamento, considerando que não é por aí que se deve ir. Tem de haver, na sua opinião outro tipo de fundamentação. -----
- **PSD – Teresa Martins**, refere que tem uma opinião contrária, pois na sua opinião têm de se agarrar muito à ferrovia. Referindo que tem sangue ferroviário e a sua família é daqui nascida por via da ferrovia. Colocando então outra questão, se a essência do Entroncamento não é a ferrovia, pergunta então qual é, porque o concelho de Torres Novas é a Capital dos Frutos Secos, porque têm frutos secos, o concelho de Vila Nova da Barquinha é a terra dos sorrisos, porquê porque tem os parques, as esculturas e têm muito trabalho para fora, o concelho da Golegã é a Capital do Cavalo, porque têm a feira do cavalo e o Entroncamento vai deixar morrer a sua essência. Lamenta, mas custa-lhe muito a aceitar. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia pede para intervir dizendo que não sabe os fundamentos do PSD que devem ser credíveis, mas que hoje lhe foi garantido que os intercidades não vão deixar de passar pelo Entroncamento. Relativamente ao comboio de alta velocidade, ainda está em estudo e que também irá depender do futuro aeroporto, mas não está previsto passar pelo Entroncamento, nem fará grande diferença, na sua opinião. Se o projeto for avante com a construção de uma linha de alta velocidade, foi-lhe garantido que os intercidades vão continuar a parar no Entroncamento. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia reforça a opinião dizendo que não faz grande sentido os intercidades não pararem no Entroncamento. Os intercidades são comboios entre cidades, pelo que percebeu a linha de alta velocidade será para parar em dois ou três sítios no máximo. Portanto não faria sentido passar por aqui, até porque a linha está projetada para passar por fora de localidades. -----

----- De seguida o Presidente coloca em votação a recomendação em causa (primeira). -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Aprovada, por maioria, a recomendação apresentada com cinco abstenções da bancada

do PS e as restantes bancadas votaram a favor, cinco votos do PSD, um voto do BE, um voto da CDU e um voto do CDS-PP. -----

----- De seguida o Presidente da Assembleia de Freguesia passa a palavra à bancada do PSD para que estes apresentem a segunda Recomendação. -----

- **PSD – Paula Leitão**, lê a segunda recomendação que a seguir se transcreve: -----

“... 1. No âmbito do trabalho que vem sendo desenvolvido, junto dos fregueses, foi realçada a importância de serem definidas previamente, com antecedência, as datas da realização das assembleias de freguesia. Este aspeto é essencial para tentar fazer com que as sessões tenham assistência. -----

2. Para o efeito, observa-se também que existe a necessidade de conciliar a vida política e cívica, com a vida pessoal, familiar e profissional dos membros da assembleia de freguesia, de forma a que com antecedência se saiba da data da realização das suas sessões. -----

3. Para este fim, nos termos da alínea e) do número 1 do artigo 8.º do Regimento da Assembleia de Freguesia, propõe-se a votação de uma recomendação à sua mesa, no período antes da ordem do dia, para que as sessões ordinárias a realizar no próximo ano de 2023, sejam nas seguintes datas: -----

a) 24 de abril de 2023; -----

b) 26 de junho de 2023; -----

c) 25 de setembro de 2023; e -----

d) 18 de dezembro de 2023. -----

4. Solicita-se também que seja votada a recomendação, no sentido de ser dado conhecimento prévio aos fregueses, logo no início do ano de 2023, das datas da realização das sessões ordinárias da assembleia de freguesia.” -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia coloca a recomendação em discussão. -----

- **PS – Rosária Castelo**, lê missiva a qual transcreve: -----

“Em meu entender o planeamento de qualquer agenda de trabalhos é essencial, mas a sua programação objetiva nem sempre é viável a longo prazo. -----

Relativamente às reuniões da Assembleia, sabemos que são ordinariamente quatro no decorrer do ano, sendo que a inicial e a final por estarem dependentes respetivamente da apresentação das contas do ano transato e da apresentação do orçamento, por vezes sofrem atrasos por estarem dependentes da obtenção e apresentação dos valores de referência. -----

Não teria sentido marcar reuniões com antecipação com divulgação das mesmas, sabendo nós por experiência que provavelmente em data aproximada sofrem alteração.” -----



- **PSD – Teresa Martins**, diz não entender o que acabou de ser dito pela bancada do PS porque na sua opinião a intervenção deveria ser dada pelo executivo, no entanto agradece a opinião. -----

- **PSD – João Dâmaso**, refere mal que seja que as contas da Junta de Freguesia no dia vinte e quatro de abril do ano dois mil e vinte três não estejam prontas. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia pede a palavra e refere que cabe ao executivo esta decisão e serão estes que irão definir as datas das próximas Assembleias de Freguesia. Na sua opinião não faz sentido nenhum este tipo de recomendação para definir datas a longo prazo. Realça o facto da deputada Teresa Martins já ter passado por esta Junta de Freguesia e saber perfeitamente como as coisas funcionam. -----

- **PSD – João Dâmaso**, refere que com a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia ficam bem a perceber o estilo de governação que aqui se passa. Além do mais tem conhecimento de outros órgãos que as suas reuniões são planificadas e agendadas logo no princípio do ano e seguramente que a complexidade e as matérias em apreciação são muito maiores. Se aqui não são capazes de fazer este tipo de agendamento são completamente desorganizados. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia refere que as reuniões do executivo são planificadas no início do mandato, neste caso nas primeiras e terceiras quartas-feiras de cada mês. Refere que sai um edital com esta informação e são cumpridas. Quando, por qualquer motivo são alteradas, é feito edital a avisar a população. As reuniões do executivo são planificadas, as sessões da Assembleia de Freguesia não o são dependendo de outros fatores. No entanto irão cumprir caso a recomendação seja aprovada. -----

- **PSD – João Dâmaso**, refere que não é ao executivo que lhe compete marcar as reuniões da Assembleia de Freguesia, mas sim à mesa (só para recordar). -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia refere que sabe que é o Presidente da Assembleia de Freguesia que marca as sessões da Assembleia de Freguesia, mas se o executivo não lhe der a documentação necessária o Presidente da Assembleia de Freguesia não poderá agendar as mesmas. O Presidente da Assembleia de Freguesia tem de ter condições para marcar as Assembleias. -----

----- De seguida o Presidente da Assembleia de Freguesia coloca em votação a recomendação em causa (segunda). -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- A recomendação apresentada foi rejeitada, com os votos contra do PS (cinco), do BE (um), da CDU (um) e do CDS-PP (um) e com cinco votos a favor do PSD. -----

----- Seguidamente o Presidente da Assembleia de Freguesia dá a palavra à bancada do PSD para que faça a apresentação e leitura da terceira recomendação. -----

- **PSD – Fernando Barbosa**, lê a terceira recomendação que a seguir se transcreve: -----



“... 1. No âmbito do trabalho que vem sendo desenvolvido, junto dos fregueses, foi realçado a premência de proceder ao reordenamento urbano, designadamente no que tange à necessidade de melhor adaptar os passeios da freguesia, eliminando as barreiras à circulação dos peões, e promovendo uma melhor disciplina no trânsito local. -----

2. Para o efeito, observa-se, por exemplo, que na Rua Luís Falcão de Sommer, Rua José Pires Dias e Rua António Lucas, a existência de barreiras que medeiam a extremidade do passeio, com a faixa de rodagem, que são verdadeiros obstáculos aos peões. Para o efeito, tais barreiras, até estão colocadas à entrada das passagens de peões. -----

3. Neste sentido, temos conhecimento que já houve pessoas que tropeçaram nas barreiras existentes. -----

4. Nesta circunstância, nos termos da alínea e) do número 1 do artigo 8.º do Regimento da Assembleia de Freguesia, propõem-se a votação de uma recomendação à câmara municipal do Entroncamento, no período antes da ordem do dia, que se indica de seguida: -----

a) Eliminação das barreiras à circulação existentes nos passeios existentes na freguesia, em especial os existentes nas ruas identificadas anteriormente. -----

b) Implantação de outras barreiras, caso seja necessário, de maior altura, por forma a que se tornem mais visíveis, e evitem que se tropece nas mesmas, para além da absoluta necessidade de tais barreiras, não serem implantadas à entrada da passagem de peões.” -----

Alerta para o facto que junto às passadeiras de peões onde foi colocado um pavimento próprio para invisuais é inconcebível que se coloquem bolas no meio desse pavimento. Se as pessoas têm problemas de visão como é possível colocar um entrave destes. Em relação às bolas nos passeios sabemos que é para não permitir estacionamento, por falta de civismo das pessoas, mas poderiam ser de várias cores ou mais altas para as pessoas com maior dificuldade as verem melhor. Daí trazerem esta recomendação. -----

- **PS – Rosária Castelo**, refere que está de acordo com o que foi dito pelo colega reforçando que as barreiras arquitetónicas e limitantes à mobilidade são uma preocupação, em especial a pensar nos mais velhos, pessoas com incapacidade física, pais/mães com carrinhos de bebé, grávidas e a todos nós, quando por alguma razão existe mobilidade reduzida ou condicionada. Contudo, crê que a maioria das passadeiras para peões foram intervencionadas pela nobre razão que tem a ver com o possibilitar a acessibilidade a todos os que têm baixa visão ou incapacidade visual, faltando ainda é certo, retirar algum mobiliário urbano existente (bolas de ferro) que foi necessário instalar à época para contrariar a falta de civismo, e limitar o estacionamento. -----

- **PSD – João Dâmaso**, informa que as bolas de ferro foram colocadas após a intervenção da construção daquelas passadeiras e não antes. -----
----- O Presidente da Junta de Freguesia pede para intervir e refere que algumas bolas já estavam colocadas antes da intervenção não vai referir se é neste local ou noutro, mas sabe que algumas já estavam colocadas. Está de acordo quando dizem que estão mal colocadas e não fazem sentido. Refere que já falou com o Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento e que este concordou com a questão o que leva a crer que as bolas irão ser retiradas. -----
- **PSD – Teresa Martins**, refere que não entende pois se as passadeiras foram intervencionadas há pouco tempo, estando lá as bolas, e tendo sido retiradas para colocarem o novo pavimento porque é que as voltaram a colocar. Independentemente das que foram colocadas posteriormente, considerando esse trabalho uma aberração completa. São estas situações que cabe aos deputados da Assembleia de Freguesia resolver no sentido de precaver estas situações. -----
----- O Presidente da Junta de Freguesia intervém dizendo que pensa que as bolas não foram retiradas, os técnicos colocaram o pavimento à volta das bolas. -----
- **PSD – Teresa Martins**, diz que mesmo assim continua a ser grave, pois colocaram o pavimento à volta das bolas e agora vão ter de gastar mais dinheiro para as retirar e colocar novas lajetas no local. Considera, uma vez mais, importante a função da Assembleia de Freguesia para denunciar estes casos. -----
----- De seguida o Presidente da Assembleia de Freguesia coloca em votação a recomendação em causa (terceira). -----
----- **VOTAÇÃO** -----
----- Aprovada, por unanimidade, a recomendação apresentada. -----
----- O Presidente da Assembleia de Freguesia questiona se existe mais algum assunto a debater. -----
- **PSD – João Dâmaso**, pede esclarecimentos ao Presidente da Junta de Freguesia, tendo presente aquilo que foi aprovado na última Assembleia de Freguesia, relativamente ao regulamento de concessão de apoios e atribuição de verbas pergunta como está a decorrer esse procedimento. -----
----- O Presidente da Junta de Freguesia refere que o regulamento está quase concluído, e só não foi apresentado nesta Assembleia de Freguesia, por motivos de falta de tempo da sua parte.
- **PSD – Teresa Martins**, apresenta uma grande preocupação da sua parte perante a população, fregueses, comerciantes e a nossa terra. O Entroncamento há cerca de três ou quatro anos (não sabe bem precisar) tem vindo a efetuar uns vales na altura do Natal para o comércio local e este ano não desenvolveu esse evento. Não consegue perceber porquê. Pede ao Presidente da Junta de Freguesia junto com o seu executivo que diligenciasse o assunto no sentido de saber o porquê desta questão e trazer a resposta na

próxima sessão da Assembleia de Freguesia, demonstrando o seu desagrado em relação ao assunto. Os concelhos à volta continuam a utilizar estes vales, nomeadamente em Torres Novas e não apenas para a sua população. O ano passado quando estava na fila também percebeu que no Entroncamento estavam pessoas de outros concelhos a adquirir (Golegã, Barquinha e Torres Novas) e pensa, por aquilo, que já falou com os comerciantes junto ao mercado diário, que estes notaram uma grande diferença. Os vales de comércio eram uma mais valia para os comerciantes. Na sua opinião, o Entroncamento está a ser prejudicado dos dois lados, por parte dos comerciantes e da população. Lamenta o facto, porque na sua opinião o que é bom deve-se dar continuidade e não acabar, com uma experiência que sabe ter sido bastante positiva. Não entende porque é que o executivo da Câmara Municipal do Entroncamento este ano não deu continuidade à iniciativa. Neste momento já não há tempo de resolver nada neste sentido, mas no próximo ano, não gostaria que voltasse a acontecer uma situação lamentável destas. -----

Refere ainda, que é muito bairrista e custa-lhe imenso olhar para o Entroncamento e para a tristeza que está em relação ao Natal. Sabe que em termos de iluminação estamos um pouco condicionados, mas o Entroncamento está uma completa miséria. Houve uma feirinha de Natal, sábado e domingo, mas enquanto em muitos sítios fazem as coisas na rua, aqui estão escondidos e depois, além de não haver iluminação, a animação é praticamente nula. Refere que no sábado à tarde, por volta das dezassete horas e trinta minutos, na pedonal não havia ninguém na rua e uma loja às dezoito horas estava a fechar. Pergunta como é podemos querer desenvolver a cidade se não temos capacidade para fazer algo estratégico, algo bom para a população. Propõe que terá de se fazer um trabalho conjunto neste sentido porque se a Câmara Municipal não o fizer teremos de propor ideias à Câmara e falar com os comerciantes tentando animar a cidade para o próximo ano. Refere ainda que a cidade do Entroncamento está a morrer, além de não ter animação e nada atrativo todos sabemos e não vale a pena “bater mais na mesma tecla”, mas cada vez mais, sente-se uma estrangeira na sua terra. Tudo isto converge para o mesmo, é lamentável não haver uma pista de gelo. Dá o exemplo de sucesso aqui bem perto numa aldeia, Santa Cita, que está a ser altamente divulgada. Caso a Câmara Municipal não tenha possibilidade financeira tente patrocínios, fale com os empresários da terra para ajudar, mas vamos todos unidos fazer alguma coisa por esta cidade, por favor. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia solicita a palavra e refere que a deputada tem razão na maior parte do que disse. Nos dias dezassete e dezoito por motivos familiares não se deslocou às atividades que aqui se fizeram “Mercadinho de Natal” e o comboio turístico. Relativamente à chamada rua pedonal é um bocado complicado porque se sairmos às dezanove

horas e trinta minutos, não existe um café aberto e até de verão isso acontece. As pessoas não saem de casa porque não têm cafés abertos. Os próprios donos do café não se preocupam em combinar uns com os outros em estarem à vez abertos até mais tarde. Refere que não é o Município ou a Freguesia que pode resolver estas situações. Em relação à iluminação de Natal entende que poderia ter havido mais luzes, mais música e mais animação e concorda que no próximo ano se reveja esta situação. -----

- **PSD – Teresa Martins**, entende perfeitamente a sua inquietação, mas também é por aí que quer ir. De facto, não se pode mandar nas casas dos outros, essa é uma realidade, mas podemos alertá-los e ajudá-los a pensar melhor. Há trabalho a realizar no próximo ano, porque este ano não há espírito Natalício no Entroncamento. Este ano foi uma miséria, e a animação ao fim de semana também pouco ajudou. O comboio turístico na sua opinião deveria andar todo o ano pela cidade. Em relação aos cafés já falou com um dos proprietários na pedonal, porque se quiser vir ao domingo tomar um café ao centro da cidade, não tem, e pelo que lhe foi dito, ao sábado à tarde também fecham. Há um trabalho que tem de ser feito com os proprietários dos cafés e com a nossa população e perguntar o porquê de não virem à rua e o porquê de fecharem tão cedo. O Entroncamento sempre teve muita animação há uns anos para cá é que tem vindo a morrer e cada vez está pior. Na sua opinião este trabalho tem de ser feito. Há que encontrar respostas credíveis e tentar trabalhar junto do executivo da Câmara Municipal para se achar uma solução para tornarmos a nossa cidade viva porque neste momento está morta. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia refere que há alguns anos atrás a Praça Salgueiro Maia não tinha ninguém e hoje essa praça já se vê com muitas pessoas. Ainda não está como todos gostaríamos, mas temos que continuar a trabalhar e estender essa movimentação a toda a cidade. -----

- **PSD – João Dâmaso**, refere que na última Assembleia de Freguesia foi referido pelo Presidente da Junta de Freguesia que esta Assembleia de Freguesia não tem competência para fazer recomendações à Câmara Municipal do Entroncamento, por isso foi solicitado, pela minha pessoa, esclarecimentos sobre a fundamentação legal para essa impossibilidade, mas até ao presente momento não foi recebida qualquer resposta pelo que solicita novamente o esclarecimento sobre o fundamento que lhe permite fazer essa afirmação. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia refere que não encontrou a Lei sobre essa situação, limitou-se a perguntar ao Município e, de facto, o Município recebe as recomendações. No entanto, não tem de atender às recomendações enviadas pela Assembleia de Freguesia. Assim se o partido quiser continuar a mandar as recomendações poderá fazê-lo. -----



- **PSD – Fernando Barbosa**, questiona o Presidente da Junta de Freguesia acerca da situação do trânsito na Rua D. João II e na Rua Rui Luís Gomes por causa dos conflitos com o trânsito nos dois sentidos, estacionamento, falta de civismo e das regras de trânsito e falta de sinais de trânsito. Questiona se o assunto foi apresentado na Câmara Municipal e qual foi a resposta. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia refere que alertou a Câmara Municipal conforme se comprometeu, não tendo ainda resposta acerca do assunto. Poderá, no entanto, voltar a questionar a Câmara Municipal. -----

- **PSD – Fernando Barbosa**, relativamente aos cafés na rua pedonal, as pessoas estão completamente desmotivadas porque tentam dar uma maior atividade ao seu negócio, mas são limitados pela Câmara Municipal. Dá como exemplo os proprietários quererem colocar estrados para nivelar o pavimento, quererem colocar para-ventos, mas no Entroncamento tal não é permitido. Vimos em Tomar, em Torres Novas e noutras localidades essas práticas sem problemas, mas aqui dirigem-se à Câmara Municipal e são despachados com um não pode ser. Claro que as pessoas se desmotivam. Nos dias de chuva e vento fecham e vão-se embora. Questiona porque é que nos outros municípios se pode fazer e no Entroncamento não se pode. Refere que a Câmara Municipal não se preocupa em limitar o trânsito na via pedonal, mas em relação ao resto limita-se as pessoas a fazer as referidas obras. Diz que a cidade do Entroncamento cada vez está pior. Está um caos e as pessoas estão a abandonar a cidade vendendo os seus apartamentos e vivendas e vão para os concelhos vizinhos. Considera lamentável, pois nascido e criado no Entroncamento nunca viu assim a cidade. Considera que ninguém põe a mão nesta situação e refere não estar a criticar o Partido Socialista. Seja qual for o partido nós temos de por mão na nossa cidade. -----

----- Como mais ninguém apresenta assuntos o Presidente da Assembleia de Freguesia questiona o público se quer intervir. Como ninguém se manifesta o Presidente da Assembleia de Freguesia passa ao período da ordem do dia. -----

----- **Ordem do Dia** -----

----- **Ponto Um – Aprovar a ata da sessão anterior** -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia pergunta se alguém tem alguma questão relativamente à ata. -----

- **PSD – João Dâmaso**, refere que na página dezasseis na sua declaração de voto no final da segunda linha não disse “complicante” mas sim “concomitante”, e na mesma página antes de iniciar o ponto três foi mencionado que não era aceitável a Junta de Freguesia estar pensar comprar uma viatura atendendo ao momento de crise que se está a viver e não está mencionado na ata esse comentário. -----

----- A funcionária, Teresa Fernandes, refere que ou não estaria perceptível na gravação ou foi comentada sem microfone. -----

----- Tendo sido retificada a palavra em causa o Presidente da Assembleia de Freguesia coloca a ata em votação. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Aprovada, por unanimidade, a ata da sessão anterior, ata número seis, do ano dois mil e vinte e dois, pelos deputados presentes na referida sessão. -----

----- **Ponto Dois – Aprovar as Opções do Plano, a Proposta de orçamento e o Mapa de pessoal dos Serviços da Freguesia para o ano dois mil e vinte e três** -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia coloca o documento em causa à discussão. –

- **PSD – João Dâmaso**, diz aguardar a apresentação do orçamento por parte do Presidente da Junta de Freguesia para colocarem as questões que se mostrem pertinentes. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia refere que o orçamento é apenas uma previsão pelo que irão tentar cumpri-lo como está definido. -----

No Orçamento para o ano de dois mil e vinte e três, houve ligeiras alterações relativamente ao orçamento de dois mil e vinte e dois. Depois de acautelar as verbas das despesas imputadas à normal gestão da Junta de Freguesia de forma a cumprir o que são as nossas obrigações, o executivo entendeu que devido às dificuldades financeiras manifestadas ao longo do corrente ano, em dois mil e vinte e três, irá canalizar uma maior atenção para o apoio social, apoio a seniores e instituições. -----

Dá nota que foi criada uma nova rubrica no orçamento denominada P.A.E. Programa de Apoios Estendidos, que se destina à criação de novos projetos de caráter social, projetos de atividades seniores, ou outros que se entendam necessários, por exemplo, programa de apoio à natalidade. - No que concerne às escolas entendeu o executivo, que como sempre apoiaram a Componente de Apoio à Família na compra de produtos de limpeza, separar em termos de verba atribuída aquilo que a lei define para as escolas e o apoio efetivo que é prestado. Assim foi criada uma rubrica para esse efeito, distinguindo com mais clareza o que é apoio e o que a lei define. -----

A nova rubrica – Bolsas - Instituto do Emprego e Formação Profissional, é destinada a pessoas que se encontram a receber subsídios do mesmo Instituto e que possam vir a desenvolver serviços na área da nossa Freguesia, limpeza na rua ou na sede da Freguesia. Refere ainda que o orçamento da Freguesia tem uma despesa de setenta e três mil e quinhentos euros só para pessoal (funcionárias, executivo, senhas de presença da Assembleia). Diz ainda que se houver questões técnicas relativas ao documento o contabilista da Freguesia, Hélder Santos, irá responder. -----

Refere ainda, que embora tardiamente dá as boas vindas aos novos elementos da Assembleia de Freguesia e ao público presente. -----

- **PSD – Teresa Martins**, pede ao Presidente da Junta de Freguesia que lhe seja explicada concretamente e mais especificamente essa nova rubrica de que falou. -----
----- O Presidente da Junta de Freguesia explica que a nova rubrica P.A.E. - Programa de Apoio Estendidos, foi criada por ainda não terem feito o regulamento e que se destina à criação de novos projetos de carácter social, projetos de atividades seniores, ou outros que se entendam necessários, pois já apareceram pedidos específicos (pedidos cabazes e outros) e não havia rubrica para os ajudar. Também poderá vir a contemplar um programa de apoio à natalidade. ---
- **PSD – Teresa Martins**, refere que ficou um pouco baralhada, perguntando se essa nova rubrica é para projetos ou para apoios. Na sua opinião, projetos é uma coisa, apoios é outra. O Presidente disse que precisam eventualmente da rubrica para apoiar pessoas que precisam de ajuda de apoio social, mas isso já existia anteriormente. Agora se é para projetos questiona quais são os projetos que têm pensado e na sua opinião se é para projetos o regulamento já deveria estar a ser analisado nesta sessão. Assim estão a votar uma rubrica com “cheque em branco” pois não sabem concretamente os projetos. Refere que o Presidente da Junta de Freguesia falou no apoio à natalidade questionando se é igual ao que a Câmara Municipal tem, se é uma repetição do que já existe no Município. Sublinha que para apoiar pessoas com necessidades já existiam rubricas, anteriormente, para este fim. Apoio a seniores que projeto possuem e como o vão concretizar. São estas as questões e dúvidas que ficou. -----
----- O Presidente da Junta de Freguesia refere que a rubrica contempla apoios e projetos referindo por exemplo que o apoio à natalidade será um apoio e um projeto. -----
- **PSD – Teresa Martins**, refere que a Câmara Municipal neste momento já tem um projeto de apoio à natalidade que se chama “*Olá Bebê*” questionando o porquê de irmos repetir. Na opinião da sua bancada seria mais interessante fazer coisas diferentes não estar a repetir o que a Câmara Municipal faz. Estar a repetir não faz grande sentido, na opinião da sua bancada, e muito menos sem objetivamente saber quais os projetos que pensam ter e os regulamentos do que se quer fazer. Reitera que continua baralhada pois não entende o que se pretende com esta nova rubrica. -----
----- O Presidente da Junta de Freguesia esclarece que não conhece bem o projeto da Câmara Municipal “*Olá Bebê*”, pelo que não sabe se é igual ou diferente. Para além do projeto à natalidade têm o projeto “*Laços & Abraços*” que é um projeto bastante alargado que ainda não está a funcionar na sua plenitude, mas que já funciona. -----
- **PSD – Teresa Martins**, diz que o conteúdo do projeto da Câmara Municipal é de apoio à natalidade, o que pode diferir é o regulamento. Relativamente ao projeto “*Laços & Abraços*” a sua bancada não tem conhecimento do projeto e não sabe se os outros colegas da Assembleia de Freguesia têm conhecimento. Refere que deveriam saber o regulamento e o que consta nesse projeto. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia refere que o projeto já vem de anos anteriores, não é deste mandato, mas que poderá dar a conhecer na próxima sessão. -----

- **PSD – Teresa Martins**, refere que não é só como órgão fiscalizador que o deveriam saber, pois se for um projeto interessante para ter voluntariado, não podem fazer trabalho nesse sentido porque não têm conhecimento. -----
- **PSD – João Dâmaso**, diz que estiveram a ler com todo o cuidado o documento que foi apresentado para a proposta de orçamento para o exercício económico de dois mil e vinte e três. Após leitura atenta do documento acabamos por ler também a mesma proposta e documento final que acabou por ser aprovado para o ano dois mil e vinte e dois, que está agora a terminar. Constataram que existem parágrafos inteiros para não dizer páginas completas ou quase completas iguais. A pergunta que se coloca é o que é que andaram a fazer durante o ano dois mil e vinte e dois que obriga a que se repita parágrafos, pontos e virgulas, para o ano dois mil e vinte e três, exatamente da mesma maneira. Não se compreende! O primeiro parágrafo do orçamento apresentado à semelhança do ano anterior e porventura até de todos os outros, que face as exigências das leis de dois mil e treze, Lei setenta e cinco e depois a Lei de Finanças Locais, estamos a aprovar o orçamento para o ano dois mil e vinte e três, será que ainda não houve tempo para se adaptarem às leis que foram aprovadas no ano dois mil e treze. Volta a perguntar: o que é que estiveram aqui a fazer? -----
 Relativamente às Grandes Opções e ao Orçamento que está agora em discussão afinal qual é que é a diferença que existe relativamente ao que foi aprovado no ano anterior. Há semelhança do ano anterior existem vários aspetos que a Junta de Freguesia diz que vai fazer, um deles é dinamizar o comércio local. Ainda agora estivemos aqui a ver a miséria que é o comércio local nesta época natalícia. Afinal de contas o que é que vão fazer aqui na Junta de Freguesia para o comércio local no ano dois mil e vinte e três, dado que da previsão que estava para o ano dois mil e vinte e dois pouco ou nada foi feito. Voltando ainda às rubricas do orçamento já aqui verificámos durante a execução orçamental deste ano que há uma mistura completa de valores ou seja: rubricas que são de donativos não estão nas rubricas donativos estão espalhadas pelas outras rubricas do orçamento. Nós não conseguimos perceber efetivamente aquilo que está previsto para ser dado. Dou um exemplo: a rubrica de vestuário e artigos pessoais que neste momento tem seiscentos e vinte e cinco euros, é para fardamento das pessoas que trabalham na Junta de Freguesia ou é para oferecer roupa a quem quer que seja; para material de educação, cultura e recreio, quinhentos euros, questiona se é para oferta; deslocações e estadas, mil euros, do que se trata? onde preveem deslocar-se e que deslocações são estas o que irão fazer? não poderia também faltar também a rubrica de outros, felizmente que não é maioritária, tem setecentos e cinquenta euros, ainda assim

gostaríamos de saber o que está aqui incluído; Investimento em equipamento administrativo, mil euros, o que é que pensam fazer? Não se percebe! Nas páginas vinte e três e vinte e nove do documento está sempre previsto para os exercícios subsequentes o mesmo montante, pelo que gostariam de saber que planificação está a ser feita. Colocaram números conforme se lembraram ou porque tinham que colocar alguma coisa ou existe algum critério subjacente? Foi feito algum estudo, existem documentos, há algum critério? São estas as questões e as dúvidas que o documento suscita. Por exemplo há uma rubrica que tem um euro para aquisição de uma viatura, há tantas outras rubricas com um euro, com dois euros, com dez euros. Quer pedir esclarecimentos à Junta de Freguesia se consegue comprar alguma viatura com um euro e já agora para que é que quer comprar a viatura. Já falaram sobre isso, mas se mantêm a postura que esclareçam para que é que a Freguesia quer a viatura. Volta a reiterar que não entende a existência de tantas rubricas com um euro, com dois euros a que é que se destinam, para que é que servem e o que é que estão ali a fazer. -----

- **PSD – Teresa Martins**, refere que tem mais uma questão a colocar. Gostaria de saber se conseguem informar, em termos percentuais, qual a despesa fixa (ordenados, luz, telefones etc.) e a despesa variável. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia responde à última questão da deputada Teresa Martins dizendo que o documento dá essa resposta em termos percentuais. Relativamente às outras questões o Presidente da Junta de Freguesia pede ao Presidente da Assembleia de Freguesia que autorize o técnico de contas, Helder Santos, a dar as explicações necessárias. -----

----- Dada a devida autorização o técnico de contas, Hélder Santos, explica a dúvida relativas às rubricas com baixo valor com um euro, dois euros, referindo que se destinam apenas a ter a rubrica em aberto para o caso de, eventualmente, ser necessário utilizar aquela rubrica, o executivo com uma alteração orçamental dotar a rubrica do valor real necessário, numa qualquer circunstância. -----

- **PSD – João Dâmaso**, refere que não foi apenas aquela questão que colocou. Explica que o senhor contabilista Hélder, é um técnico e as perguntas que fez são de natureza política. Diz que pode repetir as questões que fez, mas que as mesmas foram muito objetivas e concretas e agradece que respondam. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia solicita que este repita as questões. -----

- **PSD – João Dâmaso**, repete todas as questões que colocou anteriormente. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia solicita a palavra referindo que irá tentar responder às inúmeras questões colocadas. Em relação à dinamização do comércio informa que o Presidente da Junta de Freguesia e o seu executivo, mais ele, porque tem mais tempo, visita sempre que pode quase todos os estabelecimentos comerciais da Freguesia procurando saber como estão a funcionar e se têm problemas em relação à segurança dos mesmos. Não o fez

durante a Pandemia mas atualmente tem tido essa preocupação. Quanto à viatura refere que já foi explicado que a Freguesia necessita de um veículo e se a rubrica não estiver aberta não será possível adquirir a mesma. O executivo irá decidir se irá comprar ou não a viatura durante este ano, mas como é óbvio não irão adquirir uma viatura por um euro. Relativamente ao facto do orçamento ser muito parecido ao do ano passado em termos de linguagem, não vê qual o inconveniente disso acontecer. Refere que a rubrica “vestuário” tem a ver com a necessidade de comprar coletes identificativos da Freguesia, para os trabalhadores que andam na limpeza das ruas ou jardins. Refere ainda que também servem para o executivo se identificar com os coletes quando saem em trabalho da proteção civil, pois não têm fardas próprias para o efeito. Quanto à rubrica “deslocações e estadas” o Presidente da Junta de Freguesia refere que não existe nada previsto, mas poderão surgir deslocações, daí a verba na rubrica (mil euros) e considera que com esta verba não se vai muito longe. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia passa de seguida à votação do ponto dois aprovar as Opções do Plano, a proposta de Orçamento e o Mapa de Pessoal dos Serviços da Freguesia para o ano dois mil e vinte e três. -----

----- VOTAÇÃO -----

----- Aprovado, por maioria, as Opções do Plano, a proposta de Orçamento e o Mapa de Pessoal dos Serviços da Freguesia para o ano dois mil e vinte e três, com cinco votos contra do PSD, uma abstenção do BE, cinco votos a favor do PS, um voto a favor do CDS-PP e um voto a favor da CDU. -----

----- De seguida o Presidente da Assembleia de Freguesia dá a palavra ao PSD que solicita efetuar declaração de voto. -----

- **PSD – João Dâmaso**, faz declaração de voto que passo a transcrever: *“Verifica-se que o orçamento apresentado por este executivo mais uma vez nada de novo traz. Verificou-se claramente que tem páginas, rubricas, palavras, vírgulas, pontos iguais ao ano passado, já aprovado, é igual a tantos outros porventura. Não é assim que se gere as contas públicas, não é assim que se gere as contas da Freguesia. Foi o senhor Presidente da Junta questionado diretamente para que pudesse esclarecer este aspeto e nada de novo trouxe. Sobre o comércio local foi questionado o Senhor Presidente da Junta que informou que anda a visitar lojas para perguntar o que é preciso, não se vislumbra para que é para fazer esta diligência tem que haver uma verba destinada no orçamento para tal, isso não implica necessariamente o gasto de uma verba. Não se percebe porque é que está o orçamento pejado com verbas de um euro, dois euros, e pouco mais se é só para manter as rubricas abertas sem qualquer estratégia à espera que algo aconteça é isso que se pretendia que fosse aqui explicado e não foi. Verbas com mil euros para deslocações e estadas na asserção do senhor presidente não se vai muito longe, no momento de crise em que vivemos mil euros é muito dinheiro, não é*



para andar a deslocar-se seja lá para onde for. Quanto à rubrica “outros” que solicitamos também informação sobre para que é que se destinam os setecentos e cinquenta euros nem uma palavra. Material de educação cultura e recreio no valor de quinhentos euros, nada sabem, está previsto e ponto final. Não se percebe porque é que nos anos subsequentes está sempre previsto o mesmo montante foi questionado diretamente este aspeto, mas nada nos foi dito. Não se percebe a estratégia deste executivo por este motivo não podem votar a favor.” -----

- **BE – António Carmo**, faz declaração de voto que passo a transcrever: “*Em devido tempo e mediante solicitação de contributos por parte da Junta de Freguesia, o Bloco de Esquerda enviou cinco propostas que poderiam perfeitamente terem sido incluídas no orçamento de dois mil e vinte e três. Ao verificarmos a proposta de orçamento que hoje foi votada, constatamos que fomos completamente ignorados sem que nenhuma proposta constasse nesse orçamento. O voto do Bloco de Esquerda não poderia ser outro que não a abstenção já que embora na generalidade não discordemos do conteúdo do documento proposto não foi incorporado nenhum dos nossos contributos.*”

----- **Ponto Três – Proposta: LCPA – Autorização Genérica Prévia** -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia pergunta se algum dos deputados pretende fazer alguma intervenção. -----

- **PSD – João Dâmaso**, tendo presente a informação que foi disponibilizada pela Junta de Freguesia, no sentido de instruir este ponto, a sua bancada ficou com dúvidas e efetivamente não conseguem compreender para que é esta autorização. Pela perceção que tiveram a mesma é dada aquando da existência de obrigações de pagamento em atraso, questionando se a Junta de Freguesia tem pagamentos em atraso que justifiquem o acionar desta norma, questionam também se existe qualquer outro objetivo ou qualquer outro fim que o executivo pretenda atingir com esta aprovação, referindo que é por isso que solicitam esclarecimento. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia solicita ao Presidente da Assembleia de Freguesia autorização para que seja o contabilista, Hélder Santos, a explicar as dúvidas acerca deste documento. -----

----- Hélder Santos explica que este ponto não tem propriamente a ver com a Freguesia ter pagamentos em atraso, o que não se verifica. Tem que ver com compromissos e contratos plurianuais que eventualmente possam ter de fazer. Esta lei dos compromissos e pagamentos em atraso, refere que os contratos, quando sejam plurianuais, devem ser autorizados pela Assembleia de Freguesia. Aquilo que se pretende com esta autorização genérica prévia, é autorizar a Junta de Freguesia a celebrar esses contratos plurianuais, até ao limite de cinco mil euros. Prende-se com contratos de telecomunicações, contratos de fornecimento de eletricidade, contratos de fornecimento de água e pouco mais que isto. -----

- **PSD – João Dâmaso**, refere que relativamente à rubrica de cinco mil euros, existem contratos. Pergunta se os contratos são mensais ou anuais, quais os contratos em concreto e quais os valores envolvidos. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia refere que se trata de contratos de eletricidade, comunicações, água e que é clara a explicação dada. -----

- **PSD – Teresa Martins**, o que leram na lei e aquilo que a sua bancada pensa sobre esta nova questão fez-nos pensar, como já foi aqui dito, que tinha a ver com pagamentos em atraso. No documento em causa não têm uma clarificação do que é que se pretende e por esse facto, se colocam estas dúvidas. Estão aqui e nem sequer estão a colocar em causa o trabalho do executivo, apenas querem ser esclarecidos das suas dúvidas. Querem o melhor para a cidade e tratando-se de dinheiros públicos que são de todos, a Assembleia de Freguesia sendo um órgão fiscalizador da Junta de Freguesia que é um órgão executivo têm que ser esclarecidos. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia refere que o contabilista já esclareceu que é para pagar contratos de telecomunicações, eletricidade, água e eventualmente outros compromissos pelo que não entende qual é a dúvida em concreto que precisa de ser esclarecida. Está a tentar perceber qual é a dúvida. -----

- **PSD – Teresa Martins**, refere que alguém está a falar um português diferente. Já aqui foi dito que o contabilista é um técnico e o que pretendem saber são as opções políticas do executivo. As questões que foram colocadas não foram técnicas, foram questões políticas e é isso que pretendem saber. Não vão passar um cheque em branco para algo que não sabem. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia refere em primeiro lugar que quer solicitar à deputada Teresa Martins, que não volte a utilizar mais o tipo de linguagem que utilizou ao repetir de forma depreciativa as palavras “políticas” e “técnico” como se estivesse a falar com um atrasado mental. Em segundo lugar quer esclarecer que o que está em causa não são opções políticas, pois na sua opinião pagar água, luz, telecomunicações é gerir o funcionamento dos serviços, considerando que o ponto está esclarecido passando à sua votação. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Aprovado, por maioria, a Proposta: LCPA – Autorização Genérica Prévia, com os votos contra do PSD (cinco) e os votos a favor do PS (cinco), CDS-PP (um), CDU (um) e BE (um). -----

- **PSD - João Dâmaso**, faz a declaração de voto que passo a transcrever: *“Foram feitos vários pedidos de esclarecimentos quanto a esta matéria, os quais não foram dados. Não sabemos que contratos estão em causa, não sabemos que valores estão em causa, não sabemos quais são as escolhas subjacentes, não obstante a nossa insistência. Nesta*

circunstância não estamos em condições de votar a favor nem tão pouco a absterem-se, pelo que terão de votar contra". -----

----- Ponto Quatro – Proposta de Autorização de celebração de protocolo de cooperação com a ANAFRE, para apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia pergunta se alguém tem algo a dizer acerca do ponto em questão -----

- **PSD – João Dâmaso**, refere que nos documentos que lhes foram disponibilizados relativo a este ponto da ordem de trabalhos a alínea b), do número dois do protocolo, faz referência a um anexo I, porém procurando nos documentos disponibilizados este anexo não consta pelo que solicita esclarecimento à Junta de Freguesia se é um lapso na redação da alínea ou se é um lapso na falta de junção do documento. Depois na mesma alínea b) dado que a atribuição da verba como é claramente referenciado, está condicionada à existência de dotação para o efeito, a questão que se coloca é na falta de dotação como proceder, e qual é a dotação orçamental para este fim. Vamos ver se nos conseguimos entender pois pela perceção que tiveram na leitura do documento, é a Freguesia que paga a totalidade da garrafa de gás e depois pede a comparticipação junto da entidade para receber um euro e cinquenta cêntimos de apoio da ANAFRE. E a propósito destas questões pergunta qual é a dotação orçamental prevista para este fim no orçamento agora aprovado, no ponto anterior. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia esclarece que tem em seu poder um documento da ANAFRE que esclarece que a Junta de Freguesia não é obrigada a dar o dinheiro à pessoa assim que ela se apresenta com os documentos. A Junta de Freguesia coloca essa documentação no portal e só quando recebe o dinheiro da ANFRE é que chama a pessoa para receber a sua parte. -

- **PSD – Teresa Martins**, pede para que a esclareçam qual é a questão do euro e cinquenta cêntimos, pois aquilo que lhes pareceu é que davam o dinheiro na totalidade e depois recebiam o euro e meio da ANAFRE. Recorda que o seu colega de bancada colocou a questão sobre qual a dotação orçamental para esta questão. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia esclarece que o euro e cinquenta cêntimos é o valor que dão à Freguesia para fazer este trabalho. É uma receita para a Freguesia e daí a revisão orçamental necessária que está no ponto seguinte, para dar entrada desse valor. A Junta de Freguesia recebe a documentação da pessoa envia a mesma, e aguarda o pagamento, para restituir à pessoa e a Freguesia recebe o valor já referido (um euro e cinquenta cêntimos). -----

- **PSD – João Dâmaso**, refere que por aquilo que percebeu as pessoas pagam a botija de gás junto do comerciante, depois dirigem-se aos serviços da Freguesia com a correspondente fatura para serem reembolsados na totalidade e depois é instruído o



procedimento junto da ANAFRE para ressarcir a Freguesia e esta fica como resultado desta operação toda, com um euro e meio. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia corrige dizendo que o que está escrito no termo de aceitação é que a Freguesia paga dez euros por cada fatura, não é a totalidade. E a ANAFRE quando pagar à Freguesia serão onze euros e cinquenta cêntimos. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia refere que ANAFRE irá pagar os dez euros a cada pessoa com fatura de gás quanto ao euro e meio ainda não está completamente esclarecido se vem tudo junto. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia pede permissão para o contabilista Hélder Santos esclarecer a situação. -----

- **PSD – Teresa Martins**, pede para intervir antes do técnico pois pretende ser esclarecida. Refere que outra coisa que lhes fez impressão é o facto de o protocolo estar sujeito à verificação de dotação da ANAFRE. Ou seja, pelo que percebe, a Junta de Freguesia vai assumir o compromisso de pagar dez euros, mas sujeita-se a que a ANAFRE não lhe devolva o valor despendido. Se a ANAFRE não tiver dotação a Junta de Freguesia fica com o prejuízo, fazendo referência a várias alíneas do protocolo onde isso está escrito. Relativamente à alínea f) e pelo que entendeu pela explicação do Presidente da Junta de Freguesia esta tem direito a um euro e cinquenta cêntimos, por candidatura, caso adira ao protocolo. -----

----- Hélder Santos, começa por explicar que este apoio por parte do Ministério da Energia às pessoas socialmente vulneráveis, é um processo que vem de meses anteriores (maio, junho e julho) sendo o pagamento efetuado nos CTT. Não sabe o que se passou entre os CTT e o Ministério do Ambiente para ter surgido uma portaria que saiu em outubro (salvo erro) passando a ser incumbência da ANAFRE e dos seus filiados. Tecnicamente o processo funciona da seguinte maneira: a ANAFRE abriu um portal para submissão das candidaturas. Essas candidaturas são submetidas pelas Juntas de Freguesias. A ANAFRE faz a avaliação técnica da documentação submetida e posteriormente paga às Freguesias os onze euros e cinquenta cêntimos (dez euros para a pessoa que apresenta fatura de aquisição da bilha de gás e um euro e cinquenta cêntimos para o pagamento do serviço prestado pela Junta de Freguesia). O Regulamento que está subjacente a este programa defende que a Freguesia pague à cabeça os dez euros. Esse facto, tal como a deputada Teresa Martins referiu constitui um risco pois pode não haver dotação junto do Fundo Ambiental para fazer este pagamento e lá ficam as Freguesias com o prejuízo. Posteriormente a ANAFRE veio informar todas as Freguesias de que poderia ser feito o pagamento no ato ou a posteriori. Referiu ainda que o que a maior parte das Freguesias estão a adotar e aquilo que aconselhou a esta Junta de Freguesia é que recebessem a documentação, submetessem a mesma e só depois de validada pela ANAFRE e paga pela mesma, se efetuasse o pagamento às pessoas. Em relação à dotação orçamental para estes

pagamentos e recebimentos os dez euros são operações não orçamentais, apenas operações de tesouraria, ou seja, não passam pelo orçamento da Freguesia, quanto ao euro e cinquenta cêntimos é registado na receita da Freguesia. Pelo exposto julga que respondeu a todas as questões técnicas solicitadas. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia reforça a explicação dizendo que a Junta de Freguesia recebe as faturas, submete-as no portal e após receber o dinheiro da ANAFRE paga às pessoas. -----

- **PSD – Teresa Martins**, diz estar esclarecida considerando que se deverá ter cuidado com isto porque como nós sabemos as questões das candidaturas do Fundo Ambiental tiveram muitas complicações e a ANAFRE poderá não ter hipótese de dotação e a Freguesia, como todos sabem tem um orçamento muito limitado. -----
- **PSD – João Dâmaso**, refere que, na sua opinião, o problema está na expectativa que se gera nas pessoas que vêm aqui pedir um subsídio, este está sujeito, à validação do procedimento e à dotação orçamental pois é esta Freguesia e mais tantas outras a concorrer. Não chegamos bem a perceber se o freguês está efetivamente bem informado, que corre o risco de não receber o que quer que seja. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia refere que tendo em conta a forma como isto funciona considera que o benefício supera o eventual risco. De seguida passa à votação a Proposta de Autorização de celebração de protocolo de cooperação com a ANAFRE, para apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Aprovado, por unanimidade, a Proposta de Autorização de celebração de protocolo de cooperação com a ANAFRE, para apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas. -

----- **Ponto Cinco – Aprovar a terceira Revisão Orçamental** -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia dá a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia para que apresente o documento da revisão orçamental. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia refere que esta revisão orçamental tem a ver com o assunto anterior, das botijas de gás, pois tem de ter rubrica para a entrada da receita do euro e meio para a Freguesia. Nesse sentido foi retirado dinheiro a uma rubrica para colocar noutra rubrica. -----

- **PSD – João Dâmaso**, entende que este euro e meio deveria acrescer à receita e não diminuir à receita que já estava prevista. Se é mais um apoio deveriam de aumentar mais vinte e cinco euros e não fazer uma reafecção entre rubricas que foi o que aconteceu. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia solicita ao contabilista Hélder Santos que explique tecnicamente o que se passa relativamente a esta revisão. -----

----- Hélder Santos, refere que o deputado João Dâmaso tem toda a razão naquilo que diz, são mais vinte e cinco euros que podiam eventualmente vir, acontece que o orçamento da Junta de Freguesia que está por cumprir em termos de receita não vai de ser todo cumprido, pelo que optaram por fazer diminuir o valor de receita numa outra rubrica que já sabiam que até ao final do ano não irá ser cumprida, para não estar a aumentar o orçamento da despesa em mais vinte e cinco euros. -----

- **PSD – João Dâmaso**, reitera que não compreende porque é que estas explicações não são logo dadas à partida, sendo necessário colocar as questões para se entender porque é que isto é feito de determinada forma e não de outro modo. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia coloca em votação a terceira Revisão Orçamental. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Aprovado, por unanimidade, a terceira Revisão Orçamental. -----

----- **Ponto Seis - Apreciar a Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia** --

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia dá a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia para que este se pronuncie acerca do assunto. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia refere que, com certeza, todos os deputados leram a informação e verificaram que nesta já se encontram incluídos os valores que foram dados às diversas associações, escolas e a nível social. Refere que se tem verificado um aumento significativo em relação às escolas, com os produtos de higiene e limpeza, que não tem a ver com a inflação mas sim com as necessidades. Têm tido esse cuidado e continuarão a estar atentos em relação às escolas e na parte social especialmente com a CÁRITAS, onde vão ter de reforçar mais a verba mensal, o que já vem acontecendo ultimamente. Qualquer outro tipo de dúvida fica à disposição para esclarecer. -----

- **PSD – Teresa Martins**, refere que de facto a informação está relativamente bem explicada. Faz alguns reparos pelo facto de certas rubricas terem descrito onde é que foi feita essa comparticipação e outras rubricas não. Dando o exemplo da Associação de Estudantes oferta de castanhas para evento (perceptível); relativamente ao Centro Social e Paroquial do Entroncamento, na segunda Festa das Sopas não há descrição pelo que questiona, onde foi empregue essa comparticipação. Comparticipação na aquisição de lembranças para a Festa de Natal da Associação de Pais (tudo bem). Refere ainda que nas Associações passa-se o mesmo não está descrito onde foi dada a comparticipação falando apenas que se participou o evento. Na sua opinião, é importante clarificar as comparticipações às Associações. Questiona se todas as Associações e Clubes foram contempladas com aquilo que precisavam, pois existe uma associação que tem

quatrocentos euros de comparticipação e outros valores muito inferiores, daí ser importante saber o que foi comparticipado. As discrepâncias de valores também podem ser pelo que é solicitado por cada um. Por haver estas disparidades de valores é que sugerem fazer um regulamento para estas questões, pois se esse regulamento estivesse aprovado mais facilmente se percebia. Sugere ao Presidente da Junta de Freguesia que em todas as rubricas seja indicado aquilo que foi comparticipado. -----

- **PSD – João Dâmaso**, pede esclarecimento sobre o que foi tratado nas reuniões no Conselho Municipal de Educação e no Conselho Municipal de Segurança. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia responde à deputada Teresa Martins que todos os pedidos de comparticipação por parte de Associações/Instituições foram contemplados. Relativamente às questões colocadas por João Dâmaso, refere que no Conselho Municipal de Educação foram aprovadas a Carta Educativa e o Projeto Educativo Municipal. Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança foi debatido o problema de segurança no Entroncamento e foi aprovado colocar-se, através do Comando Distrital de Santarém, possíveis câmaras de vigilância em algumas artérias da cidade. Referiu ainda que foi eleito secretário do Conselho Municipal de Segurança Rodrigo Bertelo. Informou ainda que no Conselho Municipal de Segurança extraordinário foram votados os conselheiros. -----

----- Por proposta do Presidente da Assembleia e de acordo com o número três do artigo 14º do Capítulo V do Regimento desta Assembleia de Freguesia e do ponto três do artigo 57º da Lei 75/2013, de doze de setembro, a Assembleia de Freguesia deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta para efeitos imediatos, as deliberações aprovadas e tomadas nesta sessão, após a sua leitura. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deseja a todos um Bom Natal e um bom Ano Novo agradecendo a presença de todos. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia refere que a Junta de Freguesia ofereceu a todos um bloco de apontamentos e esferográfica e um pequeno beberete de convívio entre todos com bolo-rei, café e vinho do porto, desejando Boas Festas a todos. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão eram vinte e três horas e vinte minutos e para constar se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e por mim, Teresa Maria Almeida da Silva Fernandes, assistente técnica, que a lavrei. -----

Teresa Maria Almeida da Silva Fernandes